

**ATA DA 10ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DOS AFLUENTES
MINEIROS DO BAIXO PARANAÍBA – CBH PN3**

1 Ata da 10ª Reunião Ordinária do Comitê da Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros do Baixo Paranaíba
2 – CBHPN3, aos 23 do mês de abril de 2021, às 08h30min, por meio de vídeo conferência via plataforma
3 Jitsi Meet, no link: <https://meet.jit.si/CBHPN3>, com a instalação do quórum exigido no Regimento Interno
4 do CBH PN3. Estiveram presentes os seguintes conselheiros: Diego Jorge de Oliveira Machado – PMMG;
5 Robson Rodrigues dos Santos-IGAM; Amilton Alves Filho-SEMAD; Bruno Neto de Ávila - IGAM; Hideraldo
6 Buch-SES - Sec. Estado da Saúde-Uberaba; Muriel Vilarinho - Pref. Munic. De Ituiutaba; André Luiz
7 Montandon - Pref. Mun. De Uberaba; Eduardo Siquerolli - PCMG- Polícia Civil de Minas Gerais; Ademir
8 Franco Guimarães-EMATER; Elaine Aparecida Santos Oliveira-Prefeitura Municipal de Araporã; Tiago
9 Aparecido de Oliveira – Prefeitura Municipal de Cachoeira Dourada; Maria Clara Machado Alessi Ferreira
10 - Prefeitura Municipal de Uberlândia; Aristoclides Cançado Costa - Usina Coruripe S.A; Maria Eduarda
11 Rodrigues da C. Gonçalves - FIEMG; Dênio Drummond Procópio - CEMIG; Anamaria Moya Rodrigues -
12 Hidrosal; Sergio Gustavo Resende Leal - FONASC; Polyanna Custódio Duarte - ANGÁ; Eurípedes Luciano
13 da Silva Júnior - ANGÁ; Leila Ferreira de Rezende - AMEDI; Roberto Parente Correia - ARPA/SV; Gustavo
14 Malacco - Neoambiente; Marisa Malfer de Moraes - OAB-MG/44ª Subseção; Antônio Giacomini Ribeiro
15 - ABES; Paulo Luiz Galvão Alves -CREA/MG. Convidados: Ronaldo Bichuette - Rio Grande Engenharia;
16 Breno Lasmar – Presidente CBH Paranaíba; Nayara Lima - IGAM; Marcela Mafra - IGAM; Jeane Sabrina
17 Maia - IGAM. **Abertura:** Antonio Giacomini iniciou comunicando que às 9:30hs precisa se ausentar e que
18 Polyana irá conduzir a reunião a partir deste horário. Mencionou ainda a participação de Breno Lasmar,
19 presidente do CBH Paranaíba, convidado que irá expor o item 4 da pauta sobre as relações entre o
20 Comitê Federal do Paranaíba e seus afluentes, de modo específico ao CBH PN3, dada a importância as
21 ações integradas e positivas voltadas para garantia de qualidade da água. No item 2, aprovação da ata
22 da 9ª reunião ordinária do dia 09 de março, ocorreu com a apresentação da mesma na tela para
23 apreciação de todos. Não havendo nenhuma manifestação, foi colocada em votação e aprovada por
24 unanimidade. No item seguinte, palavra dos conselheiros, como não houve manifestação de
25 participações, Antonio Giacomini sugeriu uma inversão de pauta seguindo para abordagem do item 6
26 sobre os informes gerais. Pontuou sobre o processo de Canalização do Córrego, da Prefeitura Municipal
27 de Santa Vitória, considerado de natureza urgente. Sobre o assunto, Sérgio representando a CTRIE,
28 relatou que a câmara já recebeu o pedido de urgência do município e já existe um encaminhamento com
29 reunião marcada para que seja discutida a outorga de grande porte a ser implantada. Demais
30 agendamentos também estão encaminhados considerando inclusive o prazo 60 dias que a câmara tem
31 para fazer a decisão juntou ao comitê. A reunião será dia 26/04, segunda-feira, e dependendo das
32 discussões será feito relatório e encaminhado para plenária o mais breve possível. Sérgio informou
33 também sobre a reunião da CGL do Ribeirão Douradinho, marcada para o dia 07/05 às 08:30hs com
34 devidos encaminhamentos (aos convidados e todos os interessados) no sentido de garantir a
35 participação de todos. Sobre os encaminhamentos da implantação da cobrança, informou que o IGAM
36 encaminhou uma primeira versão da proposta, inclusive de potencial de arrecadação significativo,
37 estimado entre 9 a 14 milhões ao ano, conforme proposta envolvendo o PN1 e o PN3. Segundo ele, o
38 resultado desta proposta dará força à implementação da gestão de recursos hídricos. Sobre os setores
39 usuários, estão sendo realizados os últimos preparativos para que cada setor seja chamado para discutir
40 a metodologia. A ação será dividida em 3 grupos sendo: agricultura e irrigação, saneamento e os demais
41 usuários incluindo a indústria. Reforçou que o tema (metodologia de cobrança) será pautado o mais
42 rápido possível dentro da CTRIE assim que o IGAM desmembrar os valores por setor usuário, usando o
43 maior e o menor pagador de cada setor como parâmetro de dados a serem apresentados em reunião
44 com os setores. Outro informe foi sobre a plenária para discussão do Relatório Técnico - CTRIE - PCH SIMÃO
45 TANNÚS, referente ao processo de Outorga de Grande Porte nº 23.529/2012, a ser apresentado na data de
46
47

48 hoje para apreciação da plenária. Considerou a ação como um grande avanço da Câmara Técnica no
49 sentido de tentar melhorar os instrumentos que regulam o assunto. Adiantou que em momento mais
50 oportuno serão apresentados mais detalhes sobre o parecer da CTRIE. Sobre o programa de comunicação
51 social, lembrou que sendo pré-requisito para implantação da metodologia de cobrança, o programa
52 precisa ser discutido para que se encontre uma solução para o problema de ordem financeira já que o
53 comitê não dispõe de verba. Neste sentido, pontuou a oportunidade de se fazer uma parceria com a
54 SEMAD, juntamente com a elaboração de um programa mais amplo com apoio de recursos financeiro
55 junto ao CBH Paranaíba, uma vez que o IGAM também não tem dinheiro. Finalizou informando que a
56 CTRIE, aguarda um estudo que está sendo feito pelo Eurípedes (CTPLAN) para confecção de um plano
57 plurianual de aplicação dos recursos da cobrança, passo que será fundamental para o avanço do comitê
58 na discussão sobre a escolha da agência de bacia. Giacomini reforçou que diante do objetivo do comitê
59 de implantar a cobrança e a contratação da agência ou entidade equiparada, o estudo citado é valioso
60 no refinamento da aplicação do plano no sentido de que seja factível tanto em termos de tempo quanto
61 nos recursos por conta da expectativa em relação aos valores a serem arrecadados. Defendeu como ação
62 significativa no momento da abordagem educativa e da cobrança, como precursor já definido a ser
63 apresentado aos usuários que serão os pagadores. No item 4, fez um breve resumo sobre a trajetória
64 dos trabalhos do comitê nos últimos 2 anos. As considerações foram: todo o cronograma já cumprido
65 incluindo os GTs. O contexto histórico, político e geográfico da bacia do Paranaíba até a criação das
66 câmaras técnicas CTRIE e CTPLAN no PN1 e PN3. Suas respectivas estruturas que hoje desempenham
67 papel fundamental no andamento e nos resultados dos trabalhos do comitê principalmente o de
68 implantação dos recursos da cobrança, outorgas e outros trabalhos envolvendo todo o grupo. Reforçou
69 a importância da execução das ações baseadas em dados, como descrito por Sérgio nos informes gerais,
70 para melhor foco nas situações reais e concretas como diferencial para motivar as pessoas e melhorar
71 resultados. Considerando a expectativa de que no próximo mês a proposta de implantação da cobrança
72 seja apresentada a plenária e posteriormente encaminhada para o conselho. Reforçou as ações que
73 demandam urgência de tratamento uma vez que estão atreladas a este processo como por exemplo a
74 implantação do programa de comunicação e o trabalho de conscientização dos usuários. Como prévia
75 da participação de Breno Lasmar, lembrou do compromisso do CBH Paranaíba em apoiar essas ações
76 ligadas aos comitês, mas que atualmente, com a aprovação do PPA do Paranaíba e tudo mais, não está
77 clara a conexão de apoio necessário. Por isso, na perspectiva de um possível entendimento, o comitê
78 solicitou a participação de Breno para falar sobre as relações entre o Comitê Federal e os Comitês
79 Estaduais Mineiros especialmente o CBH PN3. O convidado Sr. Breno Lasmar, agradeceu o convite que
80 considerou como uma boa oportunidade para informar sobre as ações que estão sendo desenvolvidas
81 em relação a esse compromisso do Paranaíba. Se diz satisfeito com o desenvolvimento das discussões e
82 das implementações das câmaras de modo geral. Considerou importante o desenvolvimento das ações
83 pois tanto a cobrança quanto os demais instrumentos econômicos previstos na legislação mineira
84 poderão ser debatidos dentro delas no contexto de gestão das águas inclusive como modelo para Minas
85 Gerais e para outros comitês. Referente ao apoio do Paranaíba à implementação dos instrumentos de
86 gestão na bacia reforçou que o compromisso é uma das prioridades do Paranaíba. Citou a deliberação
87 116, aprovada no final do ano de 2020, sobre o plano plurianual de aplicação dos recursos da cobrança
88 do Paranaíba onde programas como o aporte de recursos para as campanhas de comunicação e
89 mobilização foram direcionados como recurso assegurados através de parcerias com empresa de
90 comunicação contratadas juntamente com oportunidades de o trabalho junto a área de mobilização e
91 comunicação social. Tudo isto está previsto como sendo uma ação do comitê do Paranaíba para
92 implementação dos instrumentos de gestão em toda a bacia. Da mesma forma, outras unidades da
93 Federação também podem ser apoiadas configurando assim um trabalho articulado com o órgão gestor
94 e com o comitê para que as ações saiam do papel e sejam implementadas. Breno sugeriu um alinhamento
95 das ações buscando priorizar e organizar as questões a serem apresentadas e avaliadas dentro de uma

96 perspectiva de atendimento das etapas de execução a partir da estrutura e programação existente. Uma
97 vez que o Paranaíba já possui a empresa de comunicação contratada dentro de uma programação
98 orçamentária e vem realizando alguns eventos virtuais como webnários, Breno sugeriu a utilização dessa
99 oportunidade como instrumento para promoção das discussões na área do PN3 como: fazer a
100 mobilização sobre a comunicação e realizar eventos setoriais para discussão da cobrança ou qualquer
101 outra questão do contexto. Assegurou mais uma vez que o Paranaíba tem condições e pode implementar
102 e apoiar ações que garantam esse compromisso inclusive com previsão orçamentária, necessitando
103 apenas de um ajuste de execução nas questões do PN3. Giacomini aproveitou a oportunidade e pediu a
104 Sérgio que tomasse nota dos detalhes para que posteriormente seja realizada devida discussão e
105 esclarecimento junto às câmaras com os conselheiros sobre as questões que demandam prioridade na
106 elaboração de um plano de trabalho a ser apresentado ao Paranaíba. Foi aberto momento para
107 participações e Sérgio contribuiu dizendo que ano passado a CTPLAN já havia discutido essas ações e
108 solicitou ao IGAM um modelo deste programa de Comunicação. Como órgão respondeu que não dispõe
109 de tal instrumento, algumas ações foram encaminhadas após o período de pandemia como as consultas
110 públicas sobre a cobrança na região dos rios Velhas e Araguari. E como atualmente não é possível o
111 trabalho presencial, sugeriu a realização de lives direcionadas na região das bacias pois acredita que esta
112 ação garante facilidades como: atingir um número maior de especialistas que possam debater sobre o
113 tema, conversar com a sociedade, disponibilizar o acesso no YouTube, fazer um perguntas e respostas
114 online e criar algumas cartilhas digitais para envio à prefeitura e sindicatos. Sérgio disse que como
115 sugestão de material físico, a criação de banners explicativos da cobrança, para uso nas reuniões
116 presenciais. Mas deixou claro que não vê dificuldade na elaboração do programa sugerido por Breno,
117 uma vez que já houve discussão sobre as questões. Se propôs a encaminhar, o que já está pronto, se
118 assim for permitido. Como resposta às sugestões de Sérgio, Breno afirmou que são todas possíveis de
119 apoio e citou exemplos de ações com retorno positivo realizadas pelo Paranaíba como eventos para
120 capacitação online e outras promoções com repercussão positiva gerando audiência participativa devido
121 a facilidade de acesso e veiculação de informações e promoção de discussões necessárias. Giacomini
122 pediu orientação a Breno sobre a necessidade de especialista que viabilizem o fluxo das informações
123 que precisam chegar de maneira específica até os usuários outorgados de cada categoria da bacia uma
124 vez que são os pagadores. Explicou que é preciso atingir um público maior usando ferramentas de alto
125 poder de convencimento inclusive buscando a cumplicidade dos futuros pagadores. Breno afirmou que,
126 uma vez que as diretrizes das ações do PN3, já se encontram bem estruturadas conforme acompanhou
127 no decorrer da reunião, não será difícil trabalhar/desenvolver a comunicação nem tão pouco direcionar
128 esforços para realização de eventos. Enfim, dar todo suporte externo necessário. Propôs que ele mesmo
129 trabalhe junto ao comitê, considerando sua proximidade e tempo para organizar de forma necessária as
130 questões a serem tratadas e levadas à agência de execução. Assim será mais fácil também atender as
131 expectativas do cronograma e programação do comitê. Após este acordo, Sérgio sugeriu a elaboração
132 de um relatório simples para acompanhamento das etapas nas reuniões do conselho quando houver
133 deliberação de aprovação da metodologia. Em resposta, Breno disse que esta questão é bem tranquila
134 requerendo apenas ajustes de datas do cronograma e das ações que o Paranaíba dará suporte
135 observando determinação de prazos de execução das mesmas. Giacomini despediu de todos iniciando
136 informes sobre a CTI (Câmara Técnica de Integração) que existe no CBH Paranaíba, que funciona como
137 um canal de troca de experiência entre os conselheiros que não possuem muita familiaridade. Foi
138 passado o comando da reunião para Polyana que juntamente com Breno deu continuidade a exposição
139 sobre a CTI. Breno falou brevemente sobre o contexto histórico do Paranaíba. Criado em 2002, está
140 próximo de completar 20 anos de criação. Em 2007, funcionando ainda sob a condição de decreto já
141 tinha como objetivo principal a implementação da gestão integrada dos recursos da área da Bacia do
142 Paranaíba o que explica a tendência de ser um comitê de integração entre os comitês afluente de forma
143 a compartilhar ações colegiadas na promoção da harmonia. Em 2008 foi oficialmente instituído como

144 comitê e em 2013 implantou o PARHs (Plano de Ações dos Recursos Hídricos). A cobrança foi aprovada
145 no Paranaíba em 2016. Na ocasião havia uma articulação de que 60% do valor arrecadado com a
146 cobrança seria aplicado de forma prioritária na unidade de federação onde foi arrecadada. Este fato foi
147 importante porque deu tranquilidade para os avanços com as discussões da cobrança. Reforçou que
148 mesmo com o receio de uma unidade contribuir mais com a cobrança do que a outra, a prática foi
149 mantida e apresentada até recentemente, nessa última revisão da cobrança. Assim foi possível trabalhar
150 com cada um dos afluentes usando a ideia de que a implementação da cobrança faz com que haja um
151 retorno positivo maior para essa unidade. Breno associou esse momento de discussão atual que o nosso
152 comitê vive, precisando mostrar aos usuários, que os recursos arrecadados com a cobrança vão retornar
153 para as unidades de federação. E neste contexto Breno falou detalhadamente sobre a estrutura e
154 importância da Câmara CTI, composta pela diretoria do Paranaíba e dos comitês, com a finalidade de
155 propor e apoiar estratégias de articulação, exatamente para promover a visão geral sobre as
156 necessidades dos mesmos. Também direciona as discussões sobre o que realmente é importante para a
157 bacia apontando ações comuns que podem ser desenvolvidas para alcance de bons resultados
158 estratégicos. Possui um calendário de reunião trimestrais/anuais ordinárias e extraordinárias, o que
159 permite demandar trabalhos dos comitês sempre que necessário. Por fim, apontou os principais fatores
160 a serem trabalhados no comitê de integração, e destacou pontos relacionados à implantação de agência
161 uma vez que o comitê do PN3 vive essa necessidade. Sugeriu a implantação de uma agência única e que
162 atenda os interesses da bacia. Afirmou que isso garantirá melhor custo-benefício e melhor alcance de
163 resultados junto com a implementação eficiente do plano que deve ser constantemente avaliado,
164 mensurado e medido. Aproveitou para informar que no próximo ano haverá eleições no comitê
165 Paranaíba. Espera-se um novo mandato de 2022/2026 tendo o Paranaíba mais integrado, composto por
166 membros dos comitês afluentes contemplando um pouco mais a realidade dos comitês junto a uma
167 gestão descentralizada. Polyana agradeceu a apresentação, reforçou o bom desempenho que as
168 Câmaras CTRIE e CTPLAN vem desenvolvendo e abriu momento para participações. Sérgio elogiou a
169 apresentação, considerou que o Paranaíba tem um grande desafio junto a questão de melhorar a
170 integração dos comitês e se colocou à disposição para ajudar quando for possível. Polyana justificou a
171 ausência de Eurípedes que se ausentou para atuar na elaboração de levantamento de dados conforme
172 já mencionado e aproveitou para dar seu parecer positivo novamente em relação ao trabalho
173 desenvolvido por ele junto a Câmara CTPLAN. Em seguida, questionou sobre o percentual de arrecadação
174 cabível aos usuários mencionado por Breno de 60% uma vez que segundo ela, não encontrou descrição
175 de valores semelhantes no PPA do comitê. Breno explicou a dinâmica por alto, considerando valores de
176 receita do estado de Minas Gerais. No item 5 referente aprovação do Relatório Técnico - CTRIE - PCH SIMÃO
177 TANNÚS, referente ao processo de Outorga de Grande Porte nº 23.529/2012, Polyana solicitou a inclusão
178 do termo “aprovação da deliberação”. Não havendo manifestação contrária, Sérgio iniciou a
179 apresentação contextualizando o processo desde o pedido de outorga de grande porte até a elaboração
180 do relatório atual. Ressaltou a participação importante do empreendedor que muito contribuiu
181 fornecendo documentos que não vieram do IGAM e realizando as recomendações necessárias. Isso
182 ajudou muito no andamento da discussão do relatório que já conta inclusive com um parecer do IGAM
183 ainda que com algumas condicionantes. Sergio disse que dentro da CTRIE houve questionamentos a
184 respeito do papel do comitê. Por isso falou sobre a deliberação nº48 do Conselho Estadual que norteia
185 a competências do comitê em relação ao poder de determinar condicionantes dentro de um processo
186 de outorga de grande porte. Mas no decorrer das discussões percebeu-se que esse documento em dado
187 momento restringe aplicação da lei deixando de mencionar um determinado grupo ou conjunto de
188 elementos, em detrimento de um todo (ou uma referência geral). Por isso consta nos registros do
189 relatório tal observação uma vez que a câmara optou por não seguir essa portaria recomendada pelo
190 IGAM. Optamos por colocar apenas 2 condicionantes que acreditamos que podem diminuir ou afetar no
191 sentido positivo o contexto dando melhor entendimento a gestão dos recursos hídricos. E caso o IGAM

192 conteste o procedimento, a SUPRAM-TM, recomendada nos registros para que faça a sua análise. Uma
193 das condicionantes aponta para uma questão importante que é a complementação do estudo da
194 ectiofauna. Inclusive no próprio parecer do empreendedor consta registro de necessidade de melhora
195 em algumas análises. As condicionantes sugeridas pelo IGAM foram mantidas conforme pode ser
196 observado no relatório encaminhado previamente a todos. Após breve leitura do mesmo, abordando os
197 pontos principais, Sérgio abriu momento para participações. Dênio - CEMIG solicitou uma retificação na
198 escrita da condicionante de nº7 que trata da instalação de equipamento de medição. Segundo ele é
199 importante citar junto à condicionante a resolução nº3 de 10 de agosto de 2010 que esclarece o que é
200 cobrado pela ANA e pela própria ANAEL. Sua colocação foi acatada. Foram sugeridas algumas alterações
201 no texto do relatório e dentre elas a inclusão das condicionantes 10 e 11 apontadas pelo comitê.
202 Lembrando que ambas correspondiam às mencionadas como nº 1 e 2 no início da exposição do relatório.
203 Robson, Sérgio, Polyana e Gustavo trocaram ideias sobre a quem cabe a nomeação de criação do
204 processo, a CTRIE ou ao Comitê. Jeane - IGAM sugeriu a Cláudia a seguinte descrição no artigo 1º da
205 deliberação: “fica aprovadas observadas as recomendações contidas no relatório da CTRIE”. E assim o
206 relatório deverá seguir como anexo único dada a importância de que o documento tenha todas as
207 informações tanto do relatório aprovado pelo comitê quanto do elaborado pela CTRIE, uma vez que
208 fundamenta o relatório final. Em seguida Sérgio, a pedido de Eurípedes, solicita o acréscimo de dados
209 legislativos na 8ª consideração sendo: a lei federal 9433/97 e na lei estadual 13199/99. E na 3ª
210 consideração pede que seja corrigido o texto para lei federal 13199/99 e não estadual. Robson questiona
211 se as 2 condicionantes colocadas pela CTRIE seguem como recomendações ao processo de licenciamento
212 e Bruno - IGAM, explicou que pelo que a CTRIE entendeu, se as 2 considerações passarem pelo crivo da
213 legalidade do que pode ser considerado no processo de outorga ambas serão também recomendações
214 para o órgão licenciador, no caso a SUPRAM-TM. Gustavo corrigiu a referência ao órgão que faz as
215 recomendações como sendo o SISEMA e não o IGAM. Sérgio dirigindo-se a Robson, esclareceu mais uma
216 vez que houve a participação do IGAM na discussão e na elaboração do relatório, inclusive na orientação
217 do uso da portaria 48, porém a CTRIE entendeu que seria melhor manter as condicionantes. Gustavo
218 expôs desagrado à conduta endurecida por parte do IGAM ao considerar as normativas como sendo mais
219 restritivas do que as leis e reforçou que o órgão precisa considerar que as leis federais e estaduais devem
220 ser respeitadas. Não havendo mais manifestações Polyana abriu a votação do relatório junto a plenária
221 e em seguida fez a leitura de deliberação do documento e Gustavo solicitou que a correção sugerida por
222 Eurípedes sobre legislação fosse registrada na respectiva DN. Com abstenção de Bruno – IGAM, a votação
223 foi finalizada com resultado favorável à aprovação do relatório e da DN. Gustavo ainda sugeriu a Sérgio
224 que o grupo analise a possibilidade uma agenda mais conciliadora em relação ao quantitativo de
225 participações junto às entidades e todos concordaram que é interessante tentar alinhar uma dinâmica
226 de análise de alguns assuntos dentro das câmeras para otimizar os trabalhos. Polyana agradeceu a
227 participação e encerrou a reunião.



228
229 Antônio Giacomini Ribeiro
230 Presidente do CBHPN3



Elaine Aparecida de Oliveira.
Secretaria Executiva